

A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil (1949-1964)

RODRIGO JURUCÊ MATTOS GONÇALVES

Goiânia: Edições Gárgula, 2020. 324p.

Jefferson Rodrigues Barbosa*

O livro *A restauração conservadora da filosofia* está dividido em três capítulos que se debruçam fundamentalmente sobre a análise do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), instituição paulista fundada em 1949 e presidida pelo jurista e filósofo Miguel Reale por cinco décadas, até seu falecimento em 2006. Reale exerceu um papel fundamental nos debates no campo da política e da cultura brasileira, buscando influenciar o debate político e acadêmico a partir de pressupostos conservadores e antidemocráticos.

O IBF, por meio da sua principal publicação, a *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF) agremiou nomes importantes da intelectualidade nacional no campo do Direito, da Filosofia e das Ciências Sociais. Enquanto associação civil exerceu um papel de proposição e orientação do debate acadêmico, editorial e político na segunda metade do século XX no Brasil.

O autor interpreta conceitualmente e entende seu objeto de análise na acepção gramsciana de aparelho privado de hegemonia, pois, com êxito o IBF, a RBF e seus intelectuais exerceram influência na opinião pública, colaborando para a construção de consensos acerca da ordem e da autoridade do Estado, especialmente em defesa da ditadura civil-militar brasileira. Mais especificamente, o IBF

* Professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: jefferson.barbosa@unesp.br

é entendido pelo autor nesta obra como um “aparelho filosófico hegemônico – AFH”. O principal feito do IBF, segundo a interpretação desenvolvida no livro, foi dar materialidade aos seus pressupostos ideológicos ao exercer influência direta nos debates no campo da cultura e no direcionamento e assessorando à ação normativa estatal.

O IBF, como aparelho filosófico hegemônico, auxiliou na difusão de uma abordagem autocrática do Estado sob a forma da linguagem técnico-jurídica, capaz de justificar as formas de domínio da burguesia brasileira a partir da conjuntura dos anos 1950. Nesse sentido, ele foi um importante ator da revolução passiva brasileira, ou, como Rodrigo Jurucê explicita, das formas de *aggiornamento* (modernização) do Estado Nacional. Consolidando concepções conservadoras e antipopulares para a construção de uma ordem social burguesa, marcada por formas de assessoramento à ação normativa estatal, como ressaltou também David Maciel na contracapa do livro.

Ao final da obra em tela consta um “caderno de imagens”, como denominou o autor, com registros iconográficos de momentos proeminentes da vida pública do fundador do IBF e de seus membros ao lado de importantes políticos e intelectuais brasileiros à direita do espectro político, além de outras imagens complementares. A obra apresenta ainda um quadro didático dos temas e tendências teóricas divulgadas nas dezenas de edições da RBF, cobrindo todos os números publicados entre 1951 e 1964. Do mesmo modo, é possível ter acesso ao conteúdo dos cursos oferecidos pelo IBF entre 1952-1964, com informações sobre os componentes curriculares e identificação dos docentes responsáveis por ministrar as aulas.

No primeiro capítulo, intitulado “*Aggiornamento* e estabilização da autocracia burguesa (1930-1945)”, o autor demonstra – apoiado em referências historiográficas – como as lutas ideológicas em disputa pela hegemonia cultural entre os grupos políticos e econômicos nacionais, após a ruptura institucional de 1930, motivou as oligarquias paulistas a organizar uma ofensiva política e cultural para recuperar espaços perdidos diante da ascensão de Getúlio Vargas e da derrota paulista da “Revolução Constitucionalista” de 1932. Nessa conjuntura iniciou-se a projeção de Miguel Reale como intelectual ligado às oligarquias paulistas, assim como o surgimento no cenário nacional de muitos intelectuais que ocuparam posições importantes no IBF, como Roland Corbisier, Candido Motta Filho, Hélio Jaguaribe e Renato Cirrel Czerna, entre outros, que compuseram o IBF como membros no Conselho ou como colaboradores, em diferentes regiões do Brasil, do sul ao nordeste.

No segundo capítulo, “A formação do Instituto Brasileiro de Filosofia (1949-1955)”, o autor apresenta uma relação minuciosa de todos os nomes dos integrantes do Conselho de Redação do IBF, dos colaboradores efetivos e dos principais autores que contribuíram na produção e divulgação da RBF. A obra nos oferece ainda detalhados quadros sobre os componentes das Seções estaduais do IBF entre 1951 e 1964, além de dados importantes sobre os congressos nacionais de

Filosofia organizados pelos docentes vinculados ao IBF, sendo, evidentemente, Miguel Reale a principal referência entre os intelectuais conservadores.

No terceiro capítulo, “O Instituto Brasileiro de Filosofia, a ideologia autocrática e a revolução passiva no Brasil (1954-1964)”, os pontos fortes da pesquisa concentram-se nas abordagens gramscianas de interpretação da RBF. A partir dessa perspectiva, torna-se patente que a RBF exerceu de fato um papel diretivo e organizativo central, como uma *Revista tipo – partido*, na acepção gramsciana acerca do papel dos jornais e revistas nas lutas político-ideológicas.

Ainda no terceiro capítulo, último do livro, o leitor tem acesso ao aprofundamento do estudo sobre as influências teóricas e políticas da filosofia do direito de Reale, em especial seu papel de fundamentação normativa técnico-jurídica e jurídico-filosófica na legitimação do golpe de 1964 e da justificativa ideológica daquele regime de exceção. Por fim, Rodrigo Jurucê aprofunda-se nas referências importantes que norteavam os intelectuais do IBF, como José Ortega y Gasset e Carl Schimdt, além de sublinhar o reconhecimento internacional das publicações de Miguel Reale por nomes consagrados da Filosofias do Direito, como Norberto Bobbio. Interessante notar também a inspiração da Filosofia do Direito de Reale e da criação da RBF nas concepções políticas e filosóficas de Benedetto Croce, assim como da revista por ele fundada, *La Critica. Rivista di letteratura, storia e filosofia*, ícone da intelectualidade italiana conservadora do século XX.

Em síntese, o trabalho de pesquisa que fundamenta a obra é primoroso e apresenta uma contribuição relevante para a história crítica das direitas, suas políticas e ideologias. Sua pertinência mostra-se principalmente no estudo da gênese e função social das ideologias conservadoras e reacionárias que forneceram fundamento intelectual aos regimes de exceção no Brasil. A obra proporciona, assim, uma importante contribuição para pesquisadores da área de estudos do pensamento político das direitas no Brasil, assim como para todos interessados na história política brasileira.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Exame crítico da teoria da financeirização

Eleutério F. S. Prado

Classes sociais e grupos subalternos

Leandro Galastri

Gramsci teórico das relações internacionais

Marcos Vinícius Pansardi

**História crítica das *Obras completas*
de Marx e Engels (MEGA)**

Thomas Marxhausen

**E. P. Thompson: controvérsias
e contribuições (Dossiê)**

Antonio Luigi Negro, Nicolás Iñigo Carrera
e Pedro Benítez Martín

39